

CORREIO SUL

Maurício Tonetto/Secom



Edital contribui para enfrentar abandono e maus-tratos

RS estende adesão ao fundo estadual de proteção animal

O governo do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), prorrogou o prazo do edital para habilitação de municípios interessados em acessar recursos do Fundo Estadual de Proteção e Bem-Estar de Animais Domésticos. A ampliação do período tem como objetivo possibilitar que mais municípios participem do processo. O vice-governador Gabriel Souza (MDB) destacou que o governo do estado tem trabalhado para fortalecer as políticas de proteção em todas as regiões. “Esta é uma iniciativa inédita no Brasil, que cria uma fonte permanente de recursos para apoiar os municípios no desenvolvimento de ações voltadas à causa animal”, disse Gabriel, que também é médico veterinário.

MPPR denuncia rachadinha em Curitiba

O Ministério Público do Paraná (MPPR) denunciou um vereador de Curitiba (PR) por suposta prática de rachadinha e pediu seu afastamento cautelar. A acusação, recebida pela Justiça, aponta que o parlamentar teria exigido de uma assessora repasses mensais de R\$ 5 mil entre novembro de 2025 e abril de 2026, sob ameaça de demissão. O órgão também requer a perda do mandato, indenização à vítima e pagamento por dano moral coletivo.

Divulgação/MPSC



Estrutura instalada na foz do rio Perequê gerou disputa

Caso píer de Itapema em pauta em SC

As disputas judiciais sobre o píer turístico de Itapema (SC) chegaram ao fim com acordo firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), o município e a empresa responsável pelo empreendimento. O ajuste prevê a destinação de, no mínimo, R\$ 6,5 milhões para compensar impactos da obra, além de ações de regularização urbanístico-ambiental, proteção do patrimônio público e mitigação de efeitos. A medida encerra ações judiciais e um inquérito civil que apuravam questões ambientais, administrativas e relacionadas ao interesse coletivo.

RS apoia a 33ª Expotchê em Brasília

A Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul apoia a 33ª Expotchê, que será realizada em Brasília até domingo (14). A pasta investiu R\$ 80 mil na contratação dos grupos Le Farfalle, Família Ortaça e Burzum Cia. Circense. Também participa da organização de uma mostra audiovisual sobre os 400 Anos das Missões Jesuíticas Guaranis, que apresenta a história dos povos indígenas da região.

Meio ambiente

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte para regularizar o licenciamento ambiental em 10 municípios. O acordo prevê concurso público, reestruturação física e normas para fiscalização.

Plantio

A prefeitura de Curitiba (PR) iniciou o plantio de flores de inverno nos parques da cidade para renovar a paisagem durante a estação. A ação começou pelos parques Tanguá e Tingui e prevê o plantio de cerca de 200 mil mudas até o início de julho. As espécies são produzidas no Horto Municipal do Guabirota.

Gestão

Santa Catarina dá mais um passo à frente na modernização do sistema prisional ao consolidar um modelo eficiente de gestão de vagas por meio da Central de Regulação de Vagas (CRV). A iniciativa, desenvolvida em conjunto entre o Poder Executivo e o Judiciário, fortalece a administração penitenciária.

Operação

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), juntamente com a Brigada Militar e a Polícia Penal, deflagrou a Operação Aliança Velada. Foram cumpridos 30 mandados de prisão com o objetivo de desarticular uma organização criminosa suspeita de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Dos 30 mandados, 10 miraram líderes do grupo.

Mobilidade

Para reforçar os serviços ambientais prestados pelos municípios e ampliar a capacidade de fiscalização em todo o estado, o governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior (PSD), entregou, no Palácio Iguaçu, um pacote de equipamentos avaliado em R\$ 70,8 milhões. A iniciativa beneficia 133 cidades.

Inauguração

O governo gaúcho, por meio da Secretaria da Saúde (SES), realizou a cerimônia de inauguração das obras da nova ala de urgência e emergência do Hospital de Caridade de Palmeira das Missões. O ato contou com a presença do vice-governador Gabriel Souza e da secretária da Saúde, Lisiane Fagundes.



Envio de R\$ 10 milhões a negócios afetados por tornado

Paraná define regras para apoio a empresas

Subsídio disponível busca acelerar retomada econômica

O governo do Paraná regulamentou o repasse de R\$ 10 milhões para empresas de Rio Bonito do Iguaçu atingidas pelo tornado que devastou o município em novembro do ano passado. O decreto nº 13.977/2026 estabelece os critérios para concessão dos recursos do Fundo Estadual para Calamidades Públicas (Fecap), destinados à retomada das atividades econômicas e à manutenção de empregos.

A medida regulamenta a Lei nº 23.163/2026, sancionada no fim de abril, e foi elaborada pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços em conjunto com a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Segundo o governo estadual, os recursos serão transferidos em parcela única e terão valores diferenciados conforme o porte das empresas, classificadas entre Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas, empresas de pequeno porte e demais categorias empresariais.

A identificação e homologação dos empreendimentos aptos a receber o benefício ficará sob responsabilidade da prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu (PR). O repasse será realizado do Fecap ao Fundo Municipal de Calamidade Pública, cabendo ao município efetuar os pagamentos.

O objetivo da iniciativa é custear parcialmente despesas para retomada operacional e capital de giro emergencial, buscando

preservar empregos, estimular a recuperação econômica e reduzir os impactos causados pelo desastre, que atingiu cerca de 90% da área urbana do município.

Para acessar os recursos, as empresas deverão manter as atividades econômicas e o quadro funcional por pelo menos 12 meses após o recebimento do benefício. O decreto prevê ainda exceções para desligamentos motivados por pedido de demissão, justa causa, aposentadoria, falecimento ou substituição regular de empregados. Somente poderão receber o subsídio empresas sediadas em Rio Bonito do Iguaçu que já estavam em funcionamento na data do tornado.

Estão excluídos empreendimentos inativos, suspensos, com impedimentos legais ou sem comprovação de atividade econômica. Empresas que se considerarem aptas e não forem contempladas poderão apresentar recurso administrativo ao município, mediante apresentação do registro empresarial que comprove existência e localização à época do reconhecimento oficial da calamidade pública. Para empresas, exceto MEIs, também será exigida documentação referente ao número de empregados.

Os beneficiários deverão manter os documentos por cinco anos. A prestação de informações incorretas ou uso indevido dos valores poderá resultar em devolução integral da subvenção.